

## A Noção de “Tradução Presumida” Um convite a uma Nova Discussão <sup>1</sup>

Gideon Toury

Tradução: Éda Heloisa Pilla

Para Raymond em seu sexagésimo aniversário:  
“and the wing of friendship never moults a  
feather!”

Charles Dickens

Quem quiser enfocar a tradução sob o ponto de vista descritivo vai se deparar com a questão da delimitação do objeto de estudo, ou seja, o que levar em consideração e o que não levar. A etapa atual dos estudos de tradução torna essa questão impossível de ser respondida de forma direta. Não somente por ser a disciplina, hoje, uma série marcadamente heterogênea de paradigmas, os quais estão, na melhor das hipóteses, bastante desconexos, mas porque ainda permanece uma forte tendência a considerar os diferentes paradigmas como modos meramente alternativos de tratar “a mesma coisa”. O que não é, nem poderia se esperar que fosse.

Longe de ser um procedimento neutro, estabelecer um objeto de estudo é necessariamente uma função da teoria em cujos termos ele se constitui, sendo que aquela deve ser sempre ajustada para satisfazer certas necessidades. Seu estabelecimento e justificativa estão, portanto, intimamente ligados às perguntas que se deseja colocar, aos possíveis métodos de tratar os objetos do estudo tendo em vista aquelas perguntas e, naturalmente, o tipo de respostas consideradas admissíveis. O problema não é, exatamente, qual é o objeto, mas antes, o que seria aceito para *constituir* um objeto adequado, na busca de um certo objetivo, de tal forma que qualquer mudança de abordagem acarretaria numa mudança de objeto. Isso ocorre mesmo se todos os objetos forem enquadrados sob a mesma classificação: sejam eles a “tradução” ou o “traduzir”. Não é o *rótulo* que importa, mas o *conceito* a que se aplica - e conceitos só podem ser estabelecidos dentro de *sistemas* conceptuais. Infelizmente, ainda persiste a falsa rejeição de certos conceitos, por julgar-se insustentáveis dentro da

uma estrutura referencial que se designava a servir um propósito totalmente diferente.

\*\*\*

A principal razão de meus estudos tem sido, há muito tempo, a convicção de que a posição e função das traduções (como entidades) e do traduzir (como um tipo de atividade geradora de um texto) para uma cultura-alvo, a forma que um texto traduzido deveria ter (e portanto as relações que o unem ao original), e as estratégias às quais se recorre durante a sua geração, não deveriam ser enfocados como fatos distintos. Em vez disto, e antes de tudo, são as suas *interdependências* que devem ser tratadas, visando descobrir regularidades com respeito às relações que se presume existir entre as funções, o produto e o processo; não apenas para casos particulares, mas também em busca de generalizações em níveis cada vez mais altos.

Numa tentativa de perseguir tal objetivo, sugere-se que *as traduções sejam consideradas como fatos da cultura que as recebe*, com a pressuposição concomitante de que qualquer que seja a sua função e identidade, constituem-se dentro dessa mesma cultura e refletem sua própria constelação. Foi devido a este ponto de partida metodológico que essa estrutura teórica tomou o nome de “orientada para o sistema-alvo”.

Quando foi pela primeira vez formulada, nos anos setenta, essa abordagem do estudo da tradução e do traduzir em seus contextos imediatos, foi considerada revolucionária, e seu iniciador um declarado *enfant terrible*. Naquela época, os estudos de tradução eram fortemente orientados para o sistema-fonte. A maioria de seus paradigmas eram também guiados pelas aplicações. Se relacionados com o ensino ou a avaliação da qualidade, sua preocupação era, primeiramente, com o texto-fonte e com a proclamada proteção de seus “direitos legítimos”. As restrições impostas pelo sistema-alvo, embora nunca totalmente ignoradas, com frequência eram consideradas secundárias -especialmente as que não se encaixavam em nenhuma parte da linguística. Muitos fatores que regem o comportamento prático da tradução, e o fato deles terem resultado numa real variedade de diferentes práticas tradutórias, foram rejeitados ou, na melhor das hipóteses, relegados ao domínio de “simples” história.<sup>2</sup>

Nesse meio tempo, a maioria dos estudiosos da tradução, mesmo sem abandonar a base aparentemente segura do texto-fonte, chegaram, pelo menos, a integrar às suas doutrinas considerações muito mais ligadas ao texto-alvo. Além disso, um segundo paradigma, que foi fortemente orientado para o sistema-alvo, a assim chamada Skopostheorie,

gradualmente emergiu como uma alternativa. Ela até conseguiu ganhar algum terreno, ainda que restrita aos círculos de falantes de alemão. De qualquer forma, a orientação para o sistema-alvo como tal não mais provoca o mesmo antagonismo que costumava provocar menos de vinte anos atrás.

Curiosamente, as primeiras formulações da Skopostheorie (e.g. Vermeer, 1978) quase coincidiram com o início de minha orientação direcionada ao sistema-alvo (Toury 1978[1976] – o que mostra, de forma interessante, como ocorrem as mudanças no meio acadêmico, especialmente se considerarmos que, por um bom tempo, os proponentes das duas abordagens desconheciam o trabalho um do outro<sup>3</sup>. Com certeza, mesmo agora, há pelo menos uma grande diferença entre os interesses dos dois respectivos paradigmas, o que também explica os diferentes pressupostos de onde parte cada um. Enquanto os principais teóricos da Skopostheorie vêm a justificativa final da sua estrutura de referência de maneira mais realista, de modo a poder lidar com problemas de natureza aplicada, sendo o principal objetivo ‘melhorar’ (ou seja, mudar!) o mundo da nossa experiência, meus esforços se dirigiram primeiramente para a descrição e explicação de tudo o que se considere traduzível dentro de determinadas culturas-alvo, com o objetivo final de formular uma série de leis interligadas, de natureza probabilística, junto com seus fatores condicionantes.

Tentativas recentes de conduzir estudos históricos dentro da Skopostheorie (notadamente Vermeer 1992), por um lado, e de aplicar alguns dos pressupostos básicos do outro paradigma orientado para o sistema-alvo na didática da tradução (e.g. Toury 1980b, 1984, e especialmente 1992) por outro, indicam que a lacuna pode estar se tornando menor. Essa tendência também se manifesta no trabalho recente de uma segunda geração de teóricos da Skopostheorie, notadamente Nord (1991), que fez uma ousada tentativa de integrar uma versão da noção de “normas de tradução”, tão importante para a evolução do meu próprio raciocínio, dentro de uma explicação basicamente vermeeriana.<sup>4</sup>

Não obstante a diminuição da lacuna, serei o primeiro a admitir que o meu programa de pesquisa não teve muito sucesso. O principal obstáculo que vejo é o de haver prevalecido uma tendência a lê-lo através das lentes (muitas vezes bastante escuras) de outras abordagens da tradução, e não como um paradigma auto-suficiente. Até mesmo os termos que usei foram frequentemente interpretados como se ainda fossem parte de outro(s) paradigma(s) teórico(s), apesar de terem sido introduzidos numa estrutura

conceptual completamente diferente e, portanto, com sentido muito diferente. Inevitavelmente, muitas posições minhas foram mal compreendidas, inclusive aquela de orientação para o sistema-alvo. Em vista das más interpretações que surgiram, parece necessário testar novamente alguns pressupostos básicos daquela abordagem, abrindo, assim, as portas para uma nova discussão.

Por mais estranho que possa parecer aos não-iniciados, não há nada de errado em afirmar que a posição (e função) de um texto, inclusive aquela que acompanha um texto considerado como uma tradução, é determinada, primeiramente, por considerações que se originam na cultura que o recebe. De fato, esta é a prática mais normal entre as próprias “pessoas da cultura”. Assim, quando um texto é apresentado como uma tradução, ele é prontamente aceito e garantido como tal, sem questionamentos. Entre outras coisas, esta é a razão por que tem sido tão fácil para as traduções fictícias – isto é, textos que são apresentados como traduções sem nunca haver existido o texto-fonte correspondente em outra língua – passarem por genuínas. Ao contrário, quando um texto é apresentado como originalmente composto numa língua, haverá razões para suspeitar, corretamente ou não, que ele tenha sido, na realidade, traduzido para aquela língua, entre outros motivos por certos traços de construção textual e formulação verbal que as pessoas da cultura têm como associar a traduções e ao ato de traduzir. A adoção de distinções internas da cultura como um ponto de partida para o estudo descritivo da tradução, de como ela é concebida e executada dentro da estrutura condicionada pela cultura, tem a grande vantagem de não impor nenhuma distinção ao nível do objeto, que possa parecer estranha àquela. Isto nos permite continuar com o mínimo de suposições possíveis, que seria difícil manter, diante da evidência do mundo real.

Não há como uma tradução possa compartilhar o mesmo espaço sistêmico com seu original, pertencendo, assim, a duas culturas ao mesmo tempo; nem mesmo quando ambas estão fisicamente lado a lado. O que não significa dizer que, uma vez separada do original, uma tradução jamais possa se relacionar com a cultura-fonte de novo, ocasionalmente até mesmo com o próprio texto-fonte. Sabe-se que textos, e, portanto, os sistemas culturais que os recebem, têm sido afetados por suas traduções. Não obstante, é significativo que qualquer uma dessas práticas envolva uma *inversão de papéis*, o que está em total concordância com nosso ponto de partida: apesar do fato de ser, *geneticamente*, uma tradução, a entidade que a influencia deixa de *funcionar* como tal, isto é, quando observada sob o ponto de vista da nova cultura-alvo. Com certeza, não é qualquer tradução

que exerceria influência sobre o original pelo simples fato de ser sua tradução. O que foi depreendido o foi, porque ela se tornou um fato de uma cultura *particular* (alvo!) que é, além de tudo, considerada privilegiada por essa mesma razão.

O fato de que as traduções freqüentemente servem de base para outros atos tradutórios tampouco nega o nosso pressuposto de orientação para o sistema-alvo: enquanto em tais casos, uma tradução realmente funcione como um texto-fonte, ela ainda é um fato de uma cultura-alvo anterior, agora transformada numa cultura mediadora. Ela é entendida e assume o papel de um texto-fonte, não por algo inerente a ela, mas porque está de acordo com os interesses de um *novo* sistema receptor.

Por outro lado, as atividades tradutórias e seus produtos não só podem, mas, efetivamente, causam mudanças na cultura *alvo*. Isto é assim por definição. Afinal, as culturas recorrem à tradução como uma das principais formas de preencher lacunas, onde e quando quer que se manifestem; como tais ou (freqüentemente) a partir de uma perspectiva comparativa, ou seja, por não haver lacuna correspondente numa outra cultura é que a futura cultura receptora tem razões para melhorar e auferir vantagens. Semioticamente, portanto, a tradução é quase *iniciada* pela cultura-alvo. Em outras palavras, o ponto de partida é sempre o de uma certa *deficiência* naquela última, mesmo se algumas vezes – por exemplo numa situação de “colonialismo” – uma suposta lacuna seja factualmente apontada pelo dominador alegando *saber melhor* como ela deve ser preenchida. Mesmo nesse caso, o argumento mais persuasivo não é a existência em si de algo em outra cultura/língua, mas a observação de que está “faltando” alguma coisa na cultura alvo, que deveria estar lá e que, afortunadamente, já existe em outra língua e pode ser aproveitada.

Nos casos mais simples, tanto a deficiência quanto o preenchimento dessa consiste em meras entidades textuais: um texto que ainda não existia lá, agora é introduzido na cultura alvo. Sendo uma manifestação de “performance”, cada texto é evidentemente único. Ele pode estar mais ou menos de acordo com as normas e modelos predominantes, mas é uma novidade em si. Como tal, sua introdução na cultura receptora sempre acarreta alguma mudança nessa última, ainda que pequena. Com certeza, a novidade ainda permanecerá na enésima tradução de um texto para outra língua, sendo a entidade resultante, que seria realmente incorporada à cultura alvo, a decisiva aqui. Essa entidade possuirá a característica de nunca ter existido antes. Mesmo traduções alternativas do mesmo texto não devem ocupar exatamente a mesma

posição na cultura que as recebe, nem mesmo se todas ela aparecerem na mesma época.

Em casos mais complexos, *modelos* também podem ser importados para a cultura receptora (isto é, conjuntos de regras para a geração de textos relacionados a um tipo identificável). Tal migração normalmente envolve grupos de textos que incorporam um padrão recorrente ou são traduzidos de modo semelhante, muito embora se saiba que traduções de alguns textos que gozam de grande prestígio têm efeito semelhante.

A probabilidade de causar mudanças no sistema receptor, além da mera introdução de um novo texto em si, prende-se ao fato de que, enquanto as traduções pretendem, na realidade, suprir as necessidades de uma cultura alvo, elas também tendem a *desviar-se* dos padrões sancionados naquela, especialmente em razão do postulado de manter invariáveis pelo menos algumas características do texto-fonte, o que parece ser inerente a qualquer noção interna da cultura, de tradução. Essa tendência freqüentemente gera traduções bastante diferentes de textos não traduzidos, mas não necessariamente uma produção deformada; é comum considerar algum desvio não apenas *justificável*, ou mesmo *aceitável*, mas até *preferível* à completa normalidade, em todos os níveis, ao mesmo tempo. Mesmo não sendo culturalmente favorecidos, os desvios, ainda que se manifestem na própria construção dos textos, não perturbam necessariamente as pessoas da cultura. Assim, mais de um escritor observou que a identificação (provisória) de um texto como sendo uma tradução "*protege*, por assim dizer, o leitor, evitando que ele interprete equivocadamente as intenções do escritor... [O que] implica que os desvios das normas culturais não devem ser considerados intencionais, não contendo, portanto, nenhum *significado oculto*" (Weizman and Blum-Kulka, 1987: 72).

De fato, como foi sugerido diversas vezes, há sempre boas razões para considerar que as traduções constituem um sistema especial ou um "gênero" próprio dentro de uma cultura. O que é totalmente impensável é que uma tradução fique pairando entre duas culturas. Enquanto uma intercultura (hipotética) não tenha se cristalizado numa entidade sistêmica autônoma (alvo!), como, por exemplo, em processos semelhantes à pidginização e creolização, ela é necessariamente parte de um sistema (alvo!) *existente*.

\*\*\*

Relacionando tudo isso às nossas pressuposições básicas, poderíamos reformular o que foi dito acima, da seguinte maneira:

as traduções devem ser consideradas como fatos das culturas-alvo; às vezes,

com status especial, outras constituindo (sub)sistemas identificáveis próprios, mas, sempre, da cultura-alvo.

Essa formulação implica que, conquanto certamente indispensável, estabelecer o status interno da cultura, de um texto, como uma tradução, não proporciona, por si só, uma base suficiente para estudá-lo como tal. Qualquer tentativa de apresentar descrições exaustivas e explicações viáveis necessitaria de uma *contextualização* adequada, o que está longe de ser o que ocorre. Mais exatamente, o seu estabelecimento faz parte do próprio estudo aplicado a textos supostamente traduzidos. De maneira quase tautológica, poder-se-ia dizer que, em última análise, uma tradução é um fato de qualquer setor-alvo do qual ela é um fato, isto é, daquele (sub)sistema que prova estar mais bem equipado para dar conta dela: função, produto e processo subjacente. Dessa maneira, o posicionamento inicial de uma tradução presumida, condição "*sine qua non*" para o lançamento de uma análise significativa (ver p.ex. Lambert e Van Gorp, 1985), pode ser apenas *provisório*, tendo que ser freqüentemente submetido a revisões a medida que o estudo prossegue, ou seja, com base em seus eventuais achados.

Acima de tudo, não se deveria pressupor que a identidade da (sub)cultura que acolhe uma suposta tradução seja conhecida em razão da *língua* em que ela é formulada. Daí que, a fácil a pressuposição de uma relação de um para um entre cultura e língua, com freqüência prova ser enganosa, ainda mais porque a exata identidade da própria língua-alvo pode ter de ser reconsiderada no decorrer do estudo. Vejamos um caso extremo: Ao que parece, o texto que segue, o qual alerta passageiros de trens alemães sobre o uso impróprio do freio de emergência, objetivava ser um enunciado em inglês:

#### **Emergency brake**

Pull brake only in  
case of emergency  
Any misuse will  
be punished

Apesar de ser apresentado somente como *paralelo* às outras três versões do aviso, em alemão, francês e italiano, há indicação suficiente para considerá-lo uma *tradução* (bastante literal) de uma versão particular: a alemã. Ao mesmo tempo, essa nota não pertence a nenhuma cultura institucionalizada que tem o inglês como língua "nacional", porque cada uma dessas culturas possui em seu repertório uma versão codificada do

aviso, todas diferentes da mensagem em questão. Ignorando a possibilidade ridícula de que a mensagem não seja atribuível a nenhuma cultura em particular, não há como evitar de situá-la dentro da cultura *alemã*, embora numa seção muito específica da mesma que não leva em conta a língua a que se propunha.

Assim, pode-se dizer que o sistema que recebe essa tradução, e que determinou a sua produção, é a (sub)cultura artificial compartilhada por falantes de várias línguas que também usam o inglês enquanto estiverem na Alemanha (ou pelo menos a bordo de um trem alemão). Essa é a única contextualização que assegura uma explicação satisfatória para a construção linguística do texto e a prática (de reconstrução) usada pelo tradutor (a qual é tratada detalhadamente em Toury no prelo: cap. 4).

A contextualização adequada também envolve uma acentuada diferenciação entre itens traducionais relacionados a uma e a mesma cultura, ou seja, em termos de sua respectiva posição dentro daquela. Como foi indicado antes, nem mesmo duas traduções de um mesmo texto têm possibilidade de ocupar exatamente a mesma posição, nem mesmo como um mero reflexo da posição do original ocupada na cultura-fonte. Se as diferenças de construção lingüístico-textual ou de relação com o texto-fonte compartilhado devem ter uma explicação viável, a posição adequada a cada tradução terá que ser estabelecida e levada em consideração com muita seriedade.<sup>5</sup>

A posição mais relevante para o tipo de questões que nos propomos perseguir é, sem dúvida, aquela que a tradução *deveria ocupar* quando surgiu pela primeira vez. Afinal, essa é a posição que se julga ter realmente governado a sua produção, bem como as decisões tomadas ao longo do percurso. No entanto, é somente no final do estudo que uma posição pretendida pode ser estabelecida com alguma certeza. Isso será alcançado contrapondo a posição ocupada *inicialmente* pelo texto com os achados relacionados à sua produção e formulação, e a maneira como ela representa seu original, levando-se em conta o que já se conhece sobre a tradição tradutória na qual ela surgiu. Conseqüentemente, a posição pretendida, que não pode ser apontada em nenhum sentido real, teria sempre o status de uma *hipótese explanatória* e não de um *fato*; nem mesmo um fato reconstruído.

Também é significativa a possibilidade de que as traduções que retiveram sua identidade como fatos culturais, mesmo como traduções, possam, não obstante, ter mudado sua posição dentro da cultura-alvo, com o passar do tempo. Certamente, mudanças desse tipo não podem ter

nenhuma influência na posição pretendida da tradução, nem na que inicialmente teve. Por outro lado, elas podem, freqüentemente, lançar alguma luz sobre preferências de períodos posteriores, pertinentes às traduções aí executadas.

\*\*\*

Na maioria dos paradigmas, seria de se esperar, neste ponto, uma *definição* de tradução – uma lista de características mais ou menos fixas que, se aceitas como ponto de partida e estrutura de pesquisa, acarretariam numa maneira puramente *dedutiva* de raciocinar. Entretanto, a obsessão por definições restritivas resulta ser contraproducente quando a intenção é considerar os fenômenos práticos nas circunstâncias que lhes deram origem; elas tendem a frear antes do que avançar o trabalho descritivo-explanatório.

Assim, qualquer definição *a priori*, especialmente se calcada em termos essencialistas, que julgue especificar o que é *inerente* à tradução, seria ineficaz ao pretender fixar, de uma só vez, todos os limites de um objeto que – culturalmente falando – caracteriza-se por sua própria *variabilidade*: diferenças entre culturas, variações dentro de uma cultura e mudança ao longo do tempo. Dessa forma, não somente o campo de estudo se reduziria consideravelmente em relação ao que as culturas têm estado e estão se dispondo a aceitar com traducional, mas a pesquisa, assim limitada, também pode gerar um raciocínio circular. Enquanto aderirmos a uma definição, o que quer que estudemos ou selecionemos para estudo por ser, antes de tudo, abrangido por ela – deverá reafirmá-la, a menos que se queira transcender os limites arbitrariamente estabelecidos, que é o que qualquer prática de pesquisa aplicada a traduções *já existentes* parece ter feito, mesmo se executada dentro de uma estrutura referencial essencialista e, portanto, classificatória

Assim, a desagradável verdade é que, mesmo aqueles que defendiam a necessidade de um procedimento dedutivo, baseados em uma definição inicial bem formulada, nunca hesitaram em selecionar para estudo textos (ou outros fenômenos) apresentados, ou de outra forma, considerados traducionais dentro de uma determinada cultura. Parece que também adotavam a atitude pré-sistemática das pessoas da cultura, apenas como um mal necessário: nunca se dispuseram a segui-la, ou seguir os procedimentos que, de alguma forma, ela possa ter sugerido. O que fizeram, em vez disso, foi manipular seus dados, impondo, por exemplo, distinções entre realizações “mais” e “menos completas” da definição básica, elevando-a a um grau máximo ou, ainda, introduzindo distinções

adicionais (*a priori* e, portanto, não culturais e a-históricas) entre “tradução” e “adaptação”, por exemplo. Certamente, o número dessas distinções poderia multiplicar-se indefinidamente e, de qualquer modo, elas têm pouco poder explanatório quando se trata de fenômenos culturalmente contextualizados. Nem por um momento, passou pela cabeça deles a possibilidade de atribuir um caráter sistemático a essa sua forçada orientação para o sistema-alvo, o que teria acarretado uma tentativa *indutiva* de derivar princípios gerais dos próprios fatos, em vez de especular dentro de uma estrutura de referência mais ou menos rígida.<sup>6</sup>

Sem dúvida, os princípios que formulamos nunca foram levados adiante como uma definição alternativa do “Gegenstand der Übersetzungswissenschaft” como tal; como foi equivocadamente postulado por alguns críticos, notadamente Koller (p.ex. 1990). Em vez disso, o que eles sempre constituíram foi uma *hipótese funcional* designada a fornecer diretrizes para o estabelecimento de *corpora* para estudos de um determinado tipo, compartilhando um determinado conjunto de objetivos. Dentro de nossa estrutura de referência, a pressuposição se aplica a todos os enunciados apresentados ou considerados como traduções dentro da cultura-alvo, com base no que quer que seja, e que agora me refiro como *traduções presumidas*. De acordo com essa observação, não há nenhuma pretensão de que a natureza da tradução seja, de alguma forma, dada ou fixada. O que se está tratando, mesmo a longo prazo, não é nem mesmo o que a tradução *possa ser*, em princípio, mas o que ela prove ser, *na realidade* e, portanto, o que se *pode esperar que seja* sob várias condições especificáveis.

Certamente pode haver motivos para se considerar um enunciado na língua-alvo uma tradução. Por outro lado, também há a possibilidade de se encontrar fenômenos que poderiam plausivelmente ser considerados como traduções, quando não eram – fossem elas consideradas alguma outra coisa, ou, fosse a distinção entre tradução e não tradução simplesmente funcional e, portanto, um não fato na cultura em questão. Certamente, itens desse tipo também podem ser estudados, mas terá que ser precisamente relatado o fato de que eles *não* foram apresentados/considerados como traducionais dentro da cultura que os recebe; e isto como parte do estudo em si, não somente como uma *informação de base*.

O que interessa, aqui, é lidar com questões tais como: por que alguma coisa foi ou não foi apresentada/considerada como traducional, e não por que ela deveria ter sido (muito menos por que ela não deveria ter sido) apresentada daquela forma. Seja qual for a justificativa para essa

hipótese, e para a heurística que dela deriva, ela estará, assim, intimamente conectada a determinados interesses e não outros. Adotar nossa suposição como uma hipótese funcional, portanto, envolve dois importantes benefícios: uma considerável *extensão* da gama de objetos de estudo em total acordo com aquelas situações reais das quais nos propomos dar conta, e *operatividade funcional* mesmo nos casos onde o princípio básico poderia ter parecido factualmente inaplicável.

\*\*\*

Proceder a partir de noções internas da cultura geralmente também envolve nomenclatura local, pré-sistemática. É lógico que muitas distinções reconhecidas como funcionais dentro de uma cultura também encontrariam expressão na língua, sendo a rotulação um importante indicativo de institucionalização cultural. Apesar dessa possibilidade, nossos princípios não foram propostos com respeito à *palavra* inglesa “translation” (tradução), como foi estranhamente sugerido por Gutt (1991:7), não havendo quase espaço para a sua dúvida quanto à aplicabilidade daqueles princípios à *Übersetzung* alemã, à *tirgum* em aramaico, ou a qualquer outro rótulo “étnico”. É a *noção* de tradução (presumida) que está em julgamento aqui, e não importa o nome que tome, ela pode ser explicitada por meio de um conjunto de postulados (pelo menos três interconectados):

#### **Um Postulados do Texto-fonte;**

#### **Um Postulado de Transferência;**

#### **Um Postulado de Relação.**

Embora pareçam já conhecidos, o status dos postulados dentro de uma estrutura de referência orientada para o sistema-alvo, como a nossa, é muito diferente daquele que podem ter tido em qualquer outro paradigma de estudos da tradução: sendo postulados, todos eles constituem mais uma proposição do que um fato, ou, pelo menos, não são necessários. Portanto, em vez de atuarem como repostas prontas, eles suscitam muitas perguntas a serem colocadas por quem quiser estudar a tradução em contexto.

Consideremos, brevemente, essas pressuposições de nível inferior numa tentativa de esclarecer o seu status proposto e a maneira como se combinam para formar a noção geral interna da cultura, com relação à tradução presumida.

#### **O Postulado do Texto-fonte**

Considerar um texto da língua-alvo como uma tradução leva à pressuposição básica de que existe um outro texto, em outra cultura/língua, que tem prioridade lógica e cronológica sobre ele: pressupõe-se que tal

texto não só precedeu aquele tomado como sua tradução na época, como também que serviu como ponto de partida e base para esse último.

O importante é que não é o texto-fonte em si, nem mesmo a possibilidade de referi-lo que está em jogo aqui, mas a pressuposição de ele ter existido. Portanto, textos concretos em outras línguas que não a língua-alvo também não são parte do equipamento necessário para desencadear uma pesquisa. Mesmo que nenhum texto seja usado, o estudo ainda se relaciona com os estudos da tradução, ou seja, enquanto se mantiver a pressuposição de sua pré-existência temporal e sua prioridade lógica.

Certamente, um fato da cultura-alvo, provisoriamente marcado com uma tradução, estando implícito o Postulado do Texto-fonte, pode vir a não ter um texto correspondente em outra língua/cultura, e não somente porque ninguém conseguiu localizá-lo. Inicialmente, um texto-fonte concreto pode nunca ter existido. Por isso é que traduções fictícias são objetos legítimos de estudo dentro do nosso paradigma - até que se desfaça a mistificação, o modo como elas funcionam dentro de uma cultura não é diferente de como funcionam as traduções genuínas.

Por outro lado, pode-se descobrir mais tarde que uma tradução presumida pode ter tido mais de um texto-fonte, sendo um caso de tradução compilativa, ou um só texto-fonte que, entretanto, difere daquele que se presumiu ter tido (como no caso da tradução indireta).

### **Postulado de Transferência**

O Postulado do Texto-fonte também acarreta a pressuposição de que o processo, através do qual surgiu a tradução presumida, envolveu a transferência, a partir do texto-fonte, de certas características agora compartilhadas por ambos. Essa pressuposição é um resultado claro da colocação de dois tipos diferentes de conhecimentos em contato: conhecimento sobre produtos, por um lado e sobre processos (interlinguísticos e interculturais), por outro.

Quando consideradas sob o ponto de vista da orientação para o sistema-alvo, as operações de transferência - sua própria existência bem como sua exata natureza (e das características transferidas) - manifestam-se, primeiramente, também como proposições. Os dois aspectos podem ser submetidos a exame, mas permaneceriam distintos em sua própria essência - mesmo se se confirmasse o recurso às operações de transferência, elas não precisariam, necessariamente, estar de acordo com aquelas propostas. Desnecessário dizer que qualquer uma delas só pode ser realmente submetida a exame depois que o texto-fonte apropriado foi obtido, o que

pode envolver certa confrontação com a tradução presumida em questão. (Ver Toury no prelo: cap. 3)

### **O Postulado de Relação**

Finalmente, presumir que um texto é uma tradução também implica na existência de relações de dependência que o mantêm ligado ao seu suposto original, uma função óbvia daquilo que os dois textos supostamente compartilham e que se pressupõe transferido através da fronteira semiótico (e linguístico)-cultural.

Um Postulado de Relação interno ao sistema-alvo pode ser altamente intrincado, incluindo aquelas hipóteses muito específicas quanto ao(s) nível(eis) onde se espera que ocorram relações intertextuais. Pode-se postular algumas dessas relações como necessárias e/ou suficientes dentro da estrutura normativa da cultura em questão, tal como muitas noções de "equivalência" em abordagens tradutórias orientadas para o sistema-fonte. Na realidade, também não seria necessário refletir sobre isto: as relações que realmente conectam pares de textos, ou parte deles, podem diferir daquelas postuladas. Já que não há uma necessidade inerente de que as relações intertextuais sejam sempre do mesmo tipo ou intensidade, a natureza e extensão dessas relações, bem como sua correspondência às atitudes da cultura, constituem apenas outro conjunto de questões a serem estabelecidas através de um trabalho de pesquisa concreto.

Outra indicação da natureza proposta das relações de tradução, sob a ótica presente, é o fato de que elas podem, com frequência, ser (provisoriamente) explicitadas mesmo na ausência de um texto-fonte, isto é, com base em certas características da própria tradução presumida, e com a concomitante suposição de que ela foi realmente traduzida. Novamente, traduções fictícias, muitas vezes, conseguem passar por genuínas sem levantar muita suspeita, manipulando-se o uso desse fato. Não somente aqueles que as produzem apresentam-nas como traduções, mas eles as disfarçam, por exemplo, encaixando nos textos aspectos que se tornaram associados a traduções genuínas na cultura em questão. Por outro lado, essa possibilidade muitas vezes serve como uma sólida base para estabelecer a(s) fonte(s) imediata(s) de uma tradução presumida, aquela tomada como base para um estudo comparativo, quando se supõe, por exemplo, que seja compilativa ou indireta.

\*\*\*

Se considerarmos os três postulados juntos, uma tradução presumida seria considerada como

qualquer texto da cultura-alvo para o qual há motivos de, provisoriamente, postular a existência de um outro texto em outra cultura e língua, do qual, presumivelmente, derivou por operações de transferência e ao qual está agora ligado por certas relações, algumas das quais podem ser consideradas – dentro daquela cultura – como necessárias e suficientes.

Como deveria ficar claro, nem o texto-fonte, nem as operações de transferência e aspectos transferidos, nem mesmo as relações tradutórias estariam excluídas de acordo com tal abordagem. Somente lhes é atribuído um status diferente. Isto também significa que a “orientação” nada tem a ver com “exclusividade”, como foi equivocadamente interpretado por muitas pessoas:<sup>7</sup> o paradigma presente pode ser caracterizado como orientado para o sistema-alvo *porque é aí que começam as observações relativas a ele*, o que não significa, de modo algum, que elas deveriam se exaurir nesse ponto.<sup>8</sup>

Sob outro ponto de vista, é apenas aceitável postular que um estudo na área das atividades tradutórias, que já gerou produtos, iniciaria com os *atos observáveis*; sendo esses, antes de mais nada, os próprios enunciados traduzidos, junto com seus constituintes, situados dentro de seus contextos imediatos. Daí em diante, o estudo poderia prosseguir para fatos que são observáveis “em segunda instância” (isto é, fatos que precisam ser (re)construídos antes de se submeterem ao escrutínio, notadamente, as relações que unem início e resultado de atos individuais, sendo a última intenção eliminar a (re)construção de fatos *não observáveis*, particularmente os próprios processos através dos quais eles surgiram.

#### Notas:

1. Uma versão um pouco diferente desse artigo forma parte do meu próximo livro, *Descriptive Translation Studies – and Beyond* (Toury no prelo).
2. Ver o recente argumento de Delabastita (1991) de que a oposição entre abordagens teóricas e históricas da tradução é completamente falsa.
3. Uma interessante tentativa de associar o pensamento orientado para o sistema-alvo na tradução, especialmente do tipo do meu, a algumas idéias básicas da Desconstrução, foi feita alguns anos atrás por Van den Broeck (1988). Ao mesmo tempo em que endosso seus argumentos, considero-o certamente um artigo intrigante para qualquer um interessado no modo como mudam os estudos dos paradigmas.
4. Infelizmente, enquanto fazia isso, Nord (re)introduziu o conceito de “lealdade” como um princípio moral “a priori”, que pode provocar uma nova separação entre as duas abordagens, já que a velha parecia estar se extinguindo.

5. A meu ver, não conseguir fazer exatamente isso é uma grande falha no trabalho do grupo de Göttingen (que de outra forma seria impressionante), ao pesquisar a tradução literária, especialmente, quando tenta chegar a uma *história cultural* da tradução para o alemão e, portanto, alega desenvolver sua pesquisa dentro de uma estrutura estritamente histórico-cultural. Com frequência, todas as traduções são tratadas igualmente, e não há uma maneira de saber se um determinado caso é representativo ou, de outra forma, significativo. Na realidade, apesar de seu proclamado propósito, *o textualmente interessante* quase sempre teve precedência sobre o *historicamente significativo*.
6. Menachem Dagut foi, provavelmente, o primeiro a enfocar as diferenças básicas entre vários estudos da tradução em termos de uma orientação dedutiva ou indutiva. Na realidade, ele tornou essa distinção uma importante linha de argumentação numa longa revisão do meu livro de 1980 (Dagut, 1981). Sendo totalmente a favor do trabalho dedutivo, ele mesmo não pode deixar de envolver aspectos variados de um raciocínio indutivo na parte descritiva do seu trabalho (Dagut, 1978).
7. Portanto, a linha de raciocínio que venho seguindo é muito diferente de uma mera variação da velha e boa “recepção literária”, já que queremos “tratar com traduções e não com trabalhos originais”, como alegou, por exemplo Mary Snell-Hornby (1988: 24, 25). Mesmo quando se trata de textos literários (que não é necessariamente o caso), a área de interesse do estudo não são os textos em si, muito menos sua recepção na cultura alvo, mas o que pode revelar aquilo que os textos recolocaram nas posições que tinham inicialmente ocupado, no que concerne às restrições sob as quais ele surgiram.
8. Na realidade, eu não posso perceber a razão pela qual tal abordagem se preocuparia com a transferência e, digamos, a posição que o grupo de Göttingen alega ter adotado (p.ex. Frank, 1990: Secção II), em grande parte como uma reação ao meu programa. Tenho a firme convicção de que, embora a transferência possa ser enfocada também em outras estruturas, ela permanece, na melhor das hipóteses, somente parcialmente explicável, a menos que todas as *restrições* do sistema-alvo sejam levadas em consideração, o que só pode ser feito dentro de uma estrutura de referência orientada para o sistema-alvo.

#### Referências

- BROECK, Raymond van den. 1988. “Translation Theory after Deconstruction”. *Linguística Antverpiensia* XXII: 266-288.
- DAGUT, Menachem, 1981. “Review Article of Toury 1980a”. *Hebrew Computational Linguistics* 18: 69-75. [Hebrew]

- DAGUT, Menachem. 1981. *Hebrew-English Translation: A Linguistic Analysis of Some Semantic Problems*. Haifa: University of Haifa.
- DELABASTITA, Dirk. 1991. "A False Opposition in Translation Studies: Theoretical versus/and Historical Approaches". *Target* 3/2: 137-152.
- FRANK, Armin Paul. 1990. "Forty Years of Studying the American-German Translational Transfer: A Retrospect and Some Perspectives". *Amerikastudien/American Studies* 35/1: 7-20.
- GUTT, Ernst-August. 1991. *Translation and Relevance: Cognition and Context*. Oxford: Blackwell.
- KOLLER, Werner. 1990. "Zum Gegenstand der Übersetzungswissenschaft". R. Arntz & G. Thome, eds. *Übersetzungswissenschaft: Ergebnisse und Perspektiven.. Festschrift für Wolfram Wilss zum 65. Geburtstag*. Tübingen: Narr. 19-33.
- LAMBERT, José & Hendrik van Gorp. 1985. "On Describing Translations". T. Hermans, ed. *The Manipulation of Literature. Studies in Literary Translation*. London/Sydney: Croom Helm. 42-53.
- NORD, Christiane. 1991. "Scopos, Loyalty, and Translational Conventions". *Target* 3/1: 91-109.
- SNELL-HORNBY, Mary. 1988. *Translation Studies: An integrated Approach*. Amsterdam-Philadelphia: Benjamins.
- TOURY, Gideon. 1978 [1976]. "The Nature and Role of Norms in Literary Translation". J.S. Holmes, J. Lambert & R. van den Broeck, eds. *Literature and Translation. New Perspectives in Literary Studies*. Leuven: Acco. 83-100.
- TOURY, Gideon. 1980a *In Search of a Theory of Translation*. Tel Aviv: Porter Institute.
- TOURY, Gideon. 1980b. "The Translator as a Nonconformist-to-be, or How to Train Translators so as to Violate Translational Norms". S.-O. Poulsen & W. Wilss, eds. *Angewandte Übersetzungswissenschaft: Internationales Übersetzungswissenschaftliches Kolloquium an der Wirtschaftsuniversität Aarhus/Dänemark, 19-21 Juni 1980*. Aarhus. 180-194.
- TOURY, Gideon. 1984. "The Notion of Native Translator and Translation Teaching".
- TOURY, Gideon. 1992. "Everything Has Its Price": Na Alternative to Normative Conditioning in Translator Training". *Interface* 6/2: 60-72.
- TOURY, Gideon. no prelo. *Descriptive Translation Studies – and Beyond*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.

- VERMEER, Hans J. 1978. "Ein Rahmen für eine allgemeine Translationstheorie". *Lebende Sprachen* 23: 99-102.
- VERMEER, Hans J. 1992. *Skizzen zu einer Geschichte der Translation* 1-2. Frankfurt: IKO – Verlag für Interkulturelle Kommunikation.
- W. Wilss & G. Thome, eds. *Die Theorie des Übersetzens und ihr Aufschlusswert für die Übersetzungs- und Dolmetschdidaktik*. Tübingen: Narr. 186-195.
- WEIZMAN, Elda & Shoshana Blum-Kulka. 1987. "Identifying and Interpreting Translated Texts: On the Role of Pragmatic adjustment". G. Toury, ed. *Translation Across Cultures*. New Delhi: Bahri Publications. 61-73.